



**Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Administração
Coordenadoria do Arquivo Central**

Acervo da unidade custodiadora

Arquivo Central da UFSC

Guia



**Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Administração
Coordenadoria do Arquivo Central**

**Acervo da unidade custodiadora
Arquivo Central da UFSC
Guia**

Florianópolis, setembro de 2022

1ª edição, 2022 rua da Prefeitura Universitária, setor F do Campus Universitário João David Ferreira Lima – CEP 88040-900 - Córrego Grande, Florianópolis – SC, Brasil

Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina

Irineu Manoel de Souza

Pró-Reitor de Administração

Vilmar Michereff Junior

Coordenadora do Arquivo Central

Ana Paula Alves Soares

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

U58a Universidade Federal de Santa Catarina. Pró-Reitoria de Administração.
Coordenadoria do Arquivo Central
Acervo da unidade custodiadora [recurso eletrônico] : Arquivo Central da UFSC : guia / Universidade Federal de Santa Catarina, Pró-Reitoria de Administração Coordenadoria do Arquivo Central ; elaboração do guia, Ana Paula Alves Soares, Bianca Ferreira Hernandez, Luize Daiane dos Santos Ziegelmann. – Florianópolis : UFSC, 2022.

33 p. : tab.

E-book (PDF)

ISBN 978-85-8328-113-9

1. Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina – Manuais, guias, etc. 2. Acesso à informação. 3. Arquivos e arquivamento (Documentos) – Administração. I. Soares, Ana Paula Alves. II. Hernandez, Bianca Ferreira. III. Ziegelmann, Luize Daiane dos Santos. IV. Título.

CDU: 025.171

Elaboração do Guia

Ana Paula Alves Soares
Bianca Ferreira Hernandez
Luize Daiane dos Santos Ziegelmann

Revisão

Ana Paula Alves Soares
Bianca Ferreira Hernandez
Luize Daiane dos Santos Ziegelmann

Imagem de capa

Tema: Depósito de Arquivamento 1 do Arquivo Central da UFSC

Créditos: Agência de Comunicação da UFSC (Agecom)

Contato

Telefones: (48) 3721-9676 | (48) 3721-7243

Eletrônico: arquivocentral@contato.ufsc.br

Site: <http://arquivocentral.ufsc.br>

Instagram: [@arquivocentral.ufsc](https://www.instagram.com/arquivocentral.ufsc)

Horário de Funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ESTRUTURA DO GUIA	7
ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO.....	8
Data (s).....	8
Nível de descrição	8
Dimensão e suporte	8
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	9
Nome (s) do (s) produtor(es).....	9
História administrativa/Biografia	10
História arquivística.....	21
Procedência.....	21
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	22
Âmbito e conteúdo	22
Avaliação, eliminação e temporalidade	26
Incorporações	28
Sistema de arranjo.....	28
ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	29
Condições de acesso.....	29
Condições de reprodução	29
Idioma	30
Características físicas e requisitos técnicos.....	30
Instrumentos de pesquisa	30
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	30
Nota sobre publicação.....	30
ÁREA DE NOTAS	30
Notas sobre conservação.....	30
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	31
Nota do arquivista.....	31
Regras ou convenções	31
Data(s) da(s) descrição(ões)	31
GLOSSÁRIO	32

APRESENTAÇÃO

O presente instrumento de pesquisa tem o objetivo de apresentar o **acervo documental custodiado pelo Arquivo Central** da Universidade Federal Santa Catarina (UFSC), bem como fornecer informações acerca das diretrizes para acesso, controle e funcionamento.

Segundo Bellotto¹ o guia de arquivo é instrumento que proporciona um panorama do acervo custodiado, bem como uma visão de conjunto dos serviços e recursos oferecidos, outros instrumentos de pesquisa elaborados e fontes complementares para pesquisa.

Neste sentido, a publicação tem o compromisso de ser obra de referência do Arquivo Central da UFSC a pesquisadores internos e externos. Este instrumento será constantemente revisado e atualizado à medida que novos conjuntos documentais forem incorporados ao acervo, haja vista o contexto dinâmico no qual o setor está inserido enquanto entidade custodiadora de uma instituição responsável por “produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico” no escopo do ensino, pesquisa, extensão e inovação”.

Ressalta-se que a forma de apresentação das informações no presente guia, para fins de compatibilidade com as normas nacionais e internacionais em vigor e tendo em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional, encontra-se de acordo com a descrição “Nível 0 - acervo da entidade custodiadora” da Norma Brasileira de Descrição Arquivística².

¹ BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

² BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

ESTRUTURA DO GUIA

Este guia está organizado em sete das oitos áreas previstas pela NOBRADE (BRASIL, 2006)³, ficando a informação distribuída da seguinte forma:

Área de identificação, em que se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;

Área de contextualização, em que se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;

Área de conteúdo e estrutura, em que se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;

Área de condições de acesso e uso, em que se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;

Área de fontes relacionadas, em que se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;

Área de notas, em que se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores; e

Área de controle da descrição, em que se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada.

³ BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência	BR SCUFSC AC
Título	Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina
Data (s)	Data Tópica: Florianópolis (SC) Data crônica: 1908-2022 (data de produção)
Nível de descrição	(0) acervo da entidade custodiadora
Dimensão e suporte	1.556,92 metros lineares

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome (s) do (s) produtor(es)

Universidade Federal de Santa Catarina, 1960-2022;
Faculdade Catarinense de Filosofia, 1951 – 1960;
Faculdade de Ciências Econômicas, 1945 – 1960;
Faculdade de Direito, 1932-1960; Faculdade de Farmácia
e Odontologia, 1946 – 1960; Faculdade de Medicina, 1959
– 1970; Faculdade de Serviço Social, 1958-1980;
Fundação Universidade de Santa Catarina, 1955 – 1960.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma instituição federal de ensino superior que teve sua origem em 18 de dezembro de 1960, por meio da Lei Nº 3894, assinada pelo então presidente Juscelino Kubitschek. A UFSC foi criada como Universidade de Santa Catarina, um estabelecimento diretamente mantido pela União, com gozo de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, e com a primeira reitoria instalada à Rua Bocaiúva, no centro de Florianópolis.

A partir deste mesmo ato normativo, a então USC passou a ser composta por estabelecimentos privados de ensino superior existentes em Florianópolis, sendo a Faculdade de Direito de Santa Catarina, Faculdade de Medicina de Santa Catarina, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, Faculdade Catarinense de Filosofia, Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina e Faculdade de Serviço Social da Fundação Vidal Ramos; e também por uma nova faculdade instituída, a Escola de Engenharia Industrial. Cinco anos após a criação, recebeu a qualificação e o acréscimo de "federal" no nome, a partir da Lei Nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, a qual se aplicou às Universidades e Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura e sediadas nas capitais dos estados.

A UFSC nasceu como resultado de esforços de intelectuais e representantes de setores econômicos e políticos do Estado, cujo objetivo residia no papel social e de formação profissional das universidades; como também na confluência de um movimento de criação de Universidades Públicas no Brasil desde as décadas de 1920 e 1930. Como pano de fundo da criação da universidade, estiveram as discussões sobre sua localização e federalização.

A instalação do Campus na Trindade se deu após aprovação pelo Conselho Universitário, em 17 de novembro de 1962, tendo sido idealizada pelo professor e desembargador Henrique da Silva Fontes e encampada pela Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina (FEUSC), no que ficou sendo o primeiro grande movimento estudantil da UFSC. As discussões sobre instalação se arrastaram por meses até a decisão final do Conselho, que, optando pela Trindade, privilegiou a

⁴ Fontes consultadas além dos documentos do próprio acervo:

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO. **60 anos de excelência.** Disponível em: <https://60anos.ufsc.br/>. Acesso em 05 jul. 2022

CONSONI, Roldão. **Fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina: reminiscências & dados históricos.** Florianópolis: UFSC, 2005. 178 p.

COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA. **Curso de Graduação em Farmácia: Histórico do Curso.** 2019. Disponível em: <https://farmacia.ufsc.br/historico-do-curso/>. Acesso em: 08 jul. 2019.

CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da Cunha. **Recordando a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas.** Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6640/6237>. Acesso em: 29 jun. 2022.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social.** 1991. Disponível em: <https://dss.ufsc.br/files/2010/10/Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico1999.1-Revisto-2007.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MAMIGONIAN, Armen. AURAS, Marli. (orgs). **Henrique da Silva Fontes: Pensamentos, palavras e obras.** Florianópolis: UFSC, 2016. 212 p.

NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Dana Corrêa. (orgs.) **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios.** Florianópolis: UFSC, 2010. 480 p.

NEVES, Fabrício de Souza. **60 anos da criação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina, Curso de Medicina da UFSC (1957-2017).** Disponível em: http://medicina.ufsc.br/files/2017/06/2017_60-anos-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Faculdade-de-Medicina-UFSC-rev5.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Estrutura.** Disponível em: <https://estrutura.ufsc.br/>. Acesso em 05 jul. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **UFSC em números.** Disponível em: <https://dgpi-seplan.ufsc.br/files/2022/04/UFSC-EM-N%C3%9AMEROS-2012-A-2021-atualizado.pdf>. Acesso em 05 jul. 2022

possibilidade de expansão do campus, todavia, alterou o projeto de instalação de uma Cidade Universitária para um Conjunto Universitário. O terreno da Trindade, cedido pelo governo do estado por meio da Lei Nº 2.664, de 23 de dezembro de 1960, abrigava a Fazenda Modelo Assis Brasil, distante da área urbana. Henrique Fontes também participou no desenvolvimento do projeto da Cidade Universitária em parceria com os professores da USP, Hélio de Queiroz Duarte e Ernesto Roberto de Carvalho Mange.

Em relação à federalização da Universidade, em contraponto à manutenção de uma universidade em nível estadual, a primeira opção vingou capitaneada pelo reitor João David Ferreira Lima, nomeado para o cargo em 16 de setembro de 1961. Ferreira Lima já tinha experiência com federalização quando houvera sido reitor da Faculdade de Direito.

Em 1969 deu-se a Reforma Universitária por meio do Decreto Nº 64.824, de 15 de julho de 1969, que aprovou o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina. Além da realização de um vestibular unificado, as faculdades cederam lugar às unidades universitárias (Centros de Ensino, organizados internamente em Departamentos) e passaram a planejar definitivamente a mudança para o campus da Trindade, de modo que se pudesse realizar disciplinas isoladas em outros cursos sem percorrer grandes distâncias, um modelo educacional inspirado no padrão norte-americano. O campus só contou com a presença de todas as faculdades na década de 1970. Além das mudanças curriculares e estruturais, a década foi marcada por profunda vigilância em decorrência do período ditatorial, e por movimentos de resistência com alcance nacional, como a Novembrada.

A UFSC adentrou a década de 1980 animada pelo espírito da redemocratização. Em 1983 escolheu seu primeiro reitor por meio de eleição direta e paritária entre docentes, técnicos e estudantes. Na mesma década, a universidade foi palco do primeiro movimento grevista das federais autárquicas e movimentos culturais; investiu intensamente na expansão da pós-graduação e pesquisa; e, em 2 de maio de 1980, inaugurou o Hospital Universitário.

Em 1992, a UFSC instalou Assembleia Estatuinte formada por professores, técnicos, estudantes e comunidade

externa, para revisar sua estrutura organizacional, estatuto e regimentos. Três anos depois, a UFSC mostrou-se pioneira na oferta de cursos em modalidade Educação a Distância, bem como inaugurou o primeiro Laboratório de Informática para Apoio da Graduação. A partir de 2000, a UFSC passou a promover o maior evento de divulgação científica do estado com a criação da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepex) e implementou as primeiras políticas de inclusão de minorias que permitiriam de ali em diante dar vazão à diversidade cultural universitária.

Em 2008, a UFSC passou por novo processo de Reestruturação como parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), que resultou na ampliação de cursos e vagas. Com recursos do mesmo programa, foram criados em 2009 os campi de Araranguá, Curitiba e Joinville.

Em 2013 foi instituído ainda o campus de Blumenau, de modo a consolidar o projeto de interiorização e universidade multicampi. No entanto, a década de 2010 também foi marcada por bloqueio de recursos, resistência estudantil e forte tensionamento político decorrente do Levante do Bosque e da operação Ouvidos Moucos e suas consequências.

Em 2019, a UFSC assumiu a dianteira no desenvolvimento de tecnologia para implementação do diploma digital. Do mesmo modo, em 2020, por ocasião da Pandemia de Coronavírus, a UFSC tomou iniciativas precoces para mitigar o contágio pelo vírus causador de Covid-19 entre a comunidade universitária e se envolveu na prospecção de vacinas e métodos diagnósticos.

Ao longo de seus 62 anos a UFSC consolidou uma trajetória de excelência, inovação e solidariedade. Diariamente em seus espaços circulam cerca de 50 mil pessoas; são oferecidos 119 cursos de graduação, 159 de pós-graduação, e mais de 600 grupos de pesquisa desenvolvem aproximadamente 3,5 mil projetos. Paralelamente, 23,9 mil ações de extensão são realizadas todo ano. Presença de destaque nos rankings universitários que avaliam as melhores universidades do país e da América Latina, a UFSC mantém-se como estabelecimento proeminente e com fundamental papel formativo, tecnológico, político e social na sociedade catarinense.

FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1951 – 1960

A reunião para tratar da criação da Faculdade Catarinense de Filosofia se deu a 6 de setembro de 1951 promovida pelos professores Henrique da Silva Fontes, Urbano Müller Salles e Henrique Rupp Júnior, da Faculdade de Direito de Santa Catarina, juntamente com a Diretoria do Colégio Catarinense, esta que forneceu as primeiras acomodações para a fundação da Faculdade no centro de Florianópolis dois dias depois. Em 14 de setembro do mesmo ano, foi aprovada a redação final dos estatutos da Faculdade, publicados posteriormente no Diário Oficial do Estado em 18 de outubro de 1951. Com a Lei Nº 684 de 3 de julho de 1952 foi fornecido auxílio financeiro; com a Lei Nº 948 de 23 de setembro e 1953, o poder executivo auxiliou a Faculdade no contrato de professores; e por meio do Decreto Nº 36.658 de 24 de dezembro de 1954 ficou autorizado o funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas da Faculdade Catarinense de Filosofia.

A Faculdade Catarinense de Filosofia foi de importância singular para a formação docente de professores para os cursos secundários e superiores na região e no país, com destaque para a atuação do professor Henrique da Silva Fontes na instalação desta universidade e posteriormente no projeto e transição para a USC. Em 1960 a Faculdade Catarinense de Filosofia foi incorporada à USC e recebeu nova denominação por intermédio da Lei Nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, passando a chamar-se de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Santa Catarina. Foi a primeira a instalar-se na cidade universitária, em 1961, de modo que seu prédio abrigava a biblioteca do campus. Na época, a cidade universitária estava em franca expansão, mas ainda eram poucos os cursos que queriam migrar para a Trindade, tendo em vista a falta de estrutura para locomoção e a falta de planejamento para suas transferências.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 1945 – 1960

A Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina teve sua criação atrelada à Academia do Comércio de Santa Catarina, em 1943. Em 1945, foi elaborado o estatuto da Academia do Comércio, assim, a Faculdade de Ciências Econômicas foi incluída como unidade de ensino com o curso superior de administração e finanças. Em seguida, por meio do parecer nº 381/46, os estatutos foram aprovados pelo Conselho Federal de Educação do MEC e a Faculdade passou a denominar-se Faculdade de Ciências Econômicas. O curso iniciou com a matrícula de 21 alunos, que colaram grau em 1945, representando a primeira turma de bacharéis em Ciências Econômicas de Santa Catarina. A Faculdade de Ciências Econômicas atingiu sua independência a 16 de março de 1959 e deixou de fazer parte da Academia de Comércio. Em 1960, por meio da Lei Nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, foi criada a Universidade de Santa Catarina, e a Faculdade de Ciências Econômicas passou a compor a estrutura dessa.

A Faculdade tinha como pretensão formar três tipos de profissionais dentro da USC: economista, contador e atuário; sendo que a formação do atuário não chegou a ser implantada. Em 1963, o conselho da Faculdade de Ciências Econômicas decidiu por construir uma sede na Trindade e em 1964 a faculdade passou a funcionar na cidade universitária, nas dependências da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No entanto, retornou em 1966 à Rua Almirante Alvim. Durante todo período em que a Faculdade de Ciências Econômicas foi mantida pela Academia de Comércio, colaram grau cerca de doze turmas, dotando a sociedade de 170 bacharéis em ciências econômicas.

FACULDADE DE DIREITO, 1932-1960

A história da Faculdade de Direito remonta ao histórico do Instituto Politécnico fundado em 1917. O Instituto oferecia cursos como Odontologia, Farmácia, Engenharia (Geologia), Veterinária, Botânica, Agrimensura e Topografia. O Instituto, assim como o Curso de Direito mantiveram em José Arthur Boiteux o principal líder, apoiador e incentivador do ensino e da cultura catarinense. O Curso de Direito foi proposto por Boiteux na reunião da Congregação do Instituto Politécnico, em 21 de dezembro de 1931, sendo instaurada comissão especial para dar seguimento à proposição. Em assembleia da Congregação do Instituto, em 11 de fevereiro de 1932, foi fundada a Faculdade de Direito com a reunião dos 25 pioneiros do ensino jurídico do Estado de Santa Catarina, dentre os quais José Arthur Boiteux, Othon da Gama Lobo D'Eça, Henrique da Silva Fontes, Nereu de Oliveira Ramos e Fúlvio Coriolano Aducci.

Em 22 de março de 1932 foram aprovados o Estatuto e a primeira Diretoria do Curso, sendo em 11 de abril de 1932 o primeiro vestibular e em 3 de maio de 1932 o início das aulas no período noturno. As primeiras instalações foram à Rua Felipe Schmidt, nº 2, esquina com a Praça 15 de Novembro, sendo posteriormente (1934) adquirido pelo Governo do Estado um prédio para funcionamento da Faculdade à Rua Esteves Júnior, nº 11. Já em 1960, por força da Lei Nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960, que cria a Universidade de Santa Catarina, a Faculdade de Direito foi incorporada à USC; cinco anos depois, a designação "Federal" seria acrescentada ao nome. Com a reforma universitária de 1968, quando ocorreu a mudança na estrutura administrativa da UFSC, a Faculdade de Direito passou a fazer parte do Centro Sócio Econômico. No ano de 1996 o Centro de Ciências Jurídicas foi criado e em 12 de março de 1997 suas instalações foram inauguradas.

FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA, 1946 – 1960

O ensino de Farmácia e Odontologia em Santa Catarina tem estreita relação com a criação do Instituto Politécnico (Instituto Polytechnico) de Florianópolis, primeira instituição de ensino superior do Estado de Santa Catarina. As aulas tiveram início no dia 10 de abril de 1917, com os cursos de Farmácia, Odontologia, Comércio, Agrimensura e Engenharia Geográfica, ministrados inicialmente na rua Trajano. O Instituto tinha como objetivo a formação de farmacêuticos, cirurgiões-dentistas, guarda-livros e agrimensores, e também a habilitação de profissionais estrangeiros graduados. Possuía o curso de Farmácia (com duração de 3 anos) e o curso de Odontologia (com duração de 2 anos) sendo extinto em 1935, devido a problemas de ordem financeira e divergências internas. No dia 22 de janeiro de 1946 foi criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, por influência da implantação do Departamento de Saúde Pública do Estado de Santa Catarina, no início dos anos de 1940, em um movimento que envolveu os profissionais da área e professores do extinto Instituto Politécnico. Seus cursos foram implantados e reconhecidos apenas em 1951 por meio do Decreto Federal Nº 30.234 de 04 de dezembro de 1951 que "concede reconhecimento aos cursos de farmácia e odontologia da faculdade de farmácia e odontologia de Santa Catarina". A então inaugurada faculdade contava com 24 catedráticos e 17 docentes livres, ambos os cursos tinham duração de três anos cada, com quatro cátedras ao ano e compartilhavam o mesmo prédio à Rua Esteves Júnior, nº 93. Documentos do fundo relatam a falta de estrutura e dificuldades financeiras enfrentadas, o que perdurou até sua federalização, quando foi incorporada à Universidade de Santa Catarina-USC por meio da Lei Nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960. Nesta ocasião, as Faculdades passam a denominar-se Faculdade de Farmácia e Faculdade de Odontologia. Em seguida, com a Lei Nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, todas as Universidades passaram a ser qualificadas como federais, houve a reestruturação dos currículos e a Faculdade de Farmácia passou a ser Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Santa Catarina, já aparecendo com esta denominação no Estatuto da UFSC de 1966.

FACULDADE DE MEDICINA, 1959 – 1970

Em 17 de agosto de 1951, foi realizada assembleia no salão da Faculdade de Direito, convocada pela União Catarinense dos Estudantes e presidida pelo diretor da Faculdade de Direito, Henrique Rupp Junior, que reuniu médicos e mestres do Direito com o intuito de se fundar uma faculdade de medicina em Florianópolis. Em 6 de setembro do mesmo ano, nomeou-se uma Comissão de Redação do Anteprojeto de Estatuto para a Faculdade, a qual aprovou em 28 de novembro o nome "Faculdade de Medicina de Santa Catarina". Em 4 de dezembro, foi eleita nova Comissão para criar a Faculdade, cujas reuniões resultaram em artigo publicado no jornal local "O Estado" em 4 de setembro de 1951, de autoria de Roldão Consoni, que estabeleceu um roteiro para reger o ensino médico em uma faculdade em Florianópolis, inspirada na Faculdade de Medicina de São Paulo. Em 31 de Julho de 1957, a Associação Catarinense de Medicina (ACM) elegeu nova Comissão Organizadora para concretizar o objetivo de abrir uma Faculdade de Medicina, considerando fundadores todos os sócios da ACM à época. A Comissão Organizadora procurou o Dr. Pedro de Moura Ferro, professor da Faculdade de Direito e presidente da Sociedade Cultural Colégio Barriga Verde, a quem informou sobre o interesse da Comissão de adquirir cotas do Colégio Barriga Verde.

A mesma comissão procurou o Dr. Jorge Lacerda, Governador do Estado, que, por meio de Decreto, doou à Faculdade apólices no valor de dez milhões de cruzeiros. Ressalta-se também a ajuda do MEC, na figura de Dr. Mário de Oliveira Ferreira, na aquisição de microscópios e estereoscópios. Para propiciar o sonho da faculdade, a Comissão Organizadora valeu-se também da rifa de um Ford Fairlane ano 1959, autorizada pelo Ministério da Fazenda. Para compor o Corpo Docente, a Faculdade celebrou convênios com outras faculdades, visando à cessão de professores, ou contratou-os diretamente. A Comissão constituiu em poucos meses o corpo docente dos três primeiros anos de curso, conforme exigência do MEC. Em 29 de dezembro daquele ano, o Decreto Nº 47.531 autorizou o funcionamento da Faculdade de Medicina de Santa Catarina. Por meio da Lei Nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, a Faculdade de Medicina de Santa Catarina é federalizada e passa a fazer parte da Universidade de Santa Catarina, quase um ano após sua autorização de funcionamento. Na falta de um Hospital das

Clínicas (análogo ao Hospital Universitário, que começou a ser construído em 1964 e só viria a ser inaugurado em 1980), a parte clínica da graduação em Medicina funcionou no Hospital de Caridade do Senhor Jesus dos Passos, Maternidade Carmela Dutra, Hospital Infantil Edith Gama Ramos, Hospital de Doenças Infectocontagiosas Nereu Ramos e Hospital Colônia Santana de Psiquiatria.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL, 1958-1980

A criação do curso de serviço social em Florianópolis foi produto da articulação das entidades sociais (filantrópicas, patronais e igreja católica) de Santa Catarina, que congregaram para instituir a Fundação Vidal Ramos (FVR), em 03 de maio de 1958, tendo como presidente o Sr. Celso Ramos. Constituiu-se instituição privada com o objetivo de suprir a demanda por profissional qualificado. A FVR criou e passou a ser mantenedora da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina no mesmo ano. A autorização para o funcionamento do curso foi concedida pelo Decreto Nº 45.063 de 19 de dezembro de 1958, que deu início às suas atividades. A aula inaugural, por sua vez, foi proferida em 07 de março de 1959. Composto desde seu início a recém-criada Universidade de Santa Catarina (Lei Nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960), a Faculdade de Serviço Social foi agregada como escola isolada, conforme consta no Diário Oficial da União (29 de maio de 1961, artigo 5º, alínea h). O passo seguinte foi o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC (27 de junho de 1961), conforme Decreto Nº 50868 (29 de junho de 1961). Em 27 de outubro de 1978, houve manifestação oficial da Faculdade de Serviço Social à direção da UFSC para definitiva e ampla integração do Curso de Serviço Social à Universidade Federal, finalmente efetivada em 1980.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA, 1955 - 1960

A Fundação Universidade de Santa Catarina teve início com a promulgação da Lei Nº 1.362, de 29 de outubro de 1955, que autorizou o Poder Executivo a promover a criação da Universidade de Santa Catarina, prevista no artigo 180 da Constituição Do Estado e no art. 24 do ato das disposições Constitucionais e Transitórias. Para tanto, a fundação tinha sede e foro na capital, com patrimônio próprio, dentre seus propósitos estava encarregar-se da execução do Plano da Cidade Universitária, que seria implantada nas terras doadas pelo estado, da Fazenda Modelo Assis Brasil, localizada no subdistrito da Trindade, em Florianópolis. Foi nomeado pelo governador para os atos preparatórios da criação da Universidade de Santa Catarina o professor Henrique da Silva Fontes. O Plano da Cidade universitária foi aprovado pelo então Governador em exercício Jorge Lacerda, mesmo com recomendação contrária do plano diretor da cidade de Florianópolis (1952), que aconselhava o centro da cidade como local adequado as instalações da Faculdade. Assim, no ano de 1957, iniciou-se a construção do conjunto a partir da Faculdade de Filosofia, na Trindade, com recursos do governo estadual. No mesmo ano, a Faculdade de Direito foi federalizada, dando início ao movimento de criação de uma instituição federal de ensino, na conjunção dos ideais de Henrique da Silva Fontes e David Ferreira Lima. Paralelamente, a Lei Nº 2.093, de 21 de setembro de 1959 alterou obrigações e recursos atribuídos anteriormente à Fundação pela lei que a criou, de modo que a execução do Plano da Cidade Universitária e despesas de manutenção foram transferidos a Governo do Estado. Posteriormente, por meio da Lei Nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, assinada por Juscelino Kubitschek, a Universidade de Santa Catarina foi criada. Cabe mencionar que a Fundação Universidade de Santa Catarina não chegou a se estabelecer como uma universidade de fato, e tratou-se de organização preparatória e destinada a estudos sobre a futura esfera de competência da Universidade, se estadual ou municipal, entre outras questões operacionais e legais para sua implementação. A Fundação foi extinta pela Lei Nº 2.664, de 23 de dezembro de 1960, no seu art. 4º, consumada a doação das terras situadas no subdistrito da Trindade pelo Governo do Estado.

História arquivística

Os documentos dos fundos fechados, relativos às extintas faculdades privadas que funcionavam em caráter particular antes de serem federalizadas para compor a USC com a Lei Nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960, foram recolhidos à UFSC quando esta centralizou a localização para o Conjunto Universitário da Trindade. O Fundo da Faculdade de Farmácia e Odontologia foi recolhido para o Arquivo Central em 18/11/1993. Para os demais fundos documentais relativos às faculdades privadas que foram federalizadas não há registro documental da transferência de custódia. As transferências das unidades administrativas e de ensino, realizadas desde a década de 1990, constam registradas em termos de transferência/recolhimento arquivados no Arquivo Central.

Procedência

Os documentos dos fundos fechados foram recolhidos à UFSC quando esta centralizou a localização no Conjunto Universitário da Trindade. O fundo da Faculdade de Farmácia e Odontologia foi recolhido em 1993. Para os demais fundos fechados não há registros das datas de recolhimento. Atualmente, a aquisição é realizada por meio de transferência ou recolhimento conforme normas internas do Arquivo Central⁵. As informações acerca de cada transferência ou recolhimento ficam registradas nos termos de transferência/recolhimento arquivados no Arquivo Central.

⁵ Disponíveis no endereço eletrônico: <https://arquivocentral.ufsc.br/transferencia/>

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo

Perfil

O Arquivo Central da UFSC é administrado pela Coordenadoria do Arquivo Central, a qual encontra-se desde 2013 vinculada à Pró-Reitoria de Administração, este último órgão executivo central da Universidade Federal de Santa Catarina. O acervo do Arquivo Central da UFSC tem caráter orgânico-funcional, sendo composto por conjuntos documentais naturalmente acumulados no curso das atividades administrativas e de ensino, pesquisa e extensão que o produzem na Universidade.

Contexto Geográfico e Facilidades Externas à Instituição

O Arquivo Central localiza-se à rua da Prefeitura Universitária - Córrego Grande, Florianópolis – SC, no setor F da UFSC, sendo acessível pelo sistema de transporte público da capital. O ponto de ônibus mais próximo ao arquivo encontra-se na Rua João Pio Duarte Silva, nº 250, a 290 metros do Arquivo, trajeto que leva aproximadamente 3 minutos para ser percorrido a pé. Pelo ponto passam as linhas 100 Madrugadão Centro - UFSC Norte, 164 Córrego Grande - Poção, 845 TILAG - TITRI via Córrego Grande e 1115 Executivo Córrego Grande Gama D'Eça. O Arquivo dispõe de estacionamento rotativo próprio com vaga para 10 automóveis particulares, a serem utilizados por usuários em atendimento. Por estar localizado perto à avenida principal do Córrego Grande, encontram-se nas proximidades do arquivo restaurantes, lanchonetes, farmácias, papelarias, dentre outros comércios. Ao distar 900 m da Reitoria da UFSC, no Campus João David Ferreira Lima, também encontra-se próximo às salas de aula, espaços de convivência e laboratórios da UFSC.

Contexto Histórico

1988

A Portaria Nº 1088/GR/88 designou a bibliotecária Eliane Maria Garcêz Pinto da Luz como a primeira diretora da então criada Divisão do Arquivo Central, vinculada ao DSG/PRA. No início deste mesmo ano foi designado grupo de trabalho, através da Portaria Nº 111/GR/1988, de 29/03/88, para elaborarem a primeira Tabela de Temporalidade de Documentos da Instituição.



1997



A Portaria Nº 28/GR/97 uniu as Divisões de Arquivo e de Microfilmagem, vinculada ao DAG/PRA. A mesma Portaria designou como diretor o técnico em Assuntos Educacionais Sérgio Dubiela Ostroski.



1999

O arquivo voltou a ter profissional da informação no corpo de servidores, com a chegada da bibliotecária Ezmir Dippe Elias.

2001

A Portaria Nº 344/GR/01 designou a bibliotecária Ezmir Dippe Elias como chefe do Serviço de Preparação, Restauração, Produção e Arquivo da DPTAD. A chefia do Serviço encaminhou proposta de mudança na estrutura administrativa do Arquivo à Direção do DMSG/PRA, por meio do memorando Nº 010/2001, tendo como anexo Parecer Técnico, o qual formou o Processo Nº 100455, de 05/03/2002, tendo por conteúdo a discordância frente à nova nomenclatura da Divisão a que pertencia o Arquivo Central. Foi solicitado também que o Arquivo Central tivesse sua própria divisão.

1960-1987

As unidades administrativas e de ensino da UFSC acumularam em seus arquivos setoriais um amontoado de documentos sem critérios, causando, assim, congestionamento; o difícil acesso às informações; grande volume documental; eliminação indiscriminada; dispersão e má conservação dos documentos, de modo a trazer prejuízos à preservação da memória institucional. Houve manifestações de preocupação através de projetos por parte de alguns servidores, para que a administração da UFSC fosse dotada de meios padronizados de gestão de documentos, visando economia e eficácia dos procedimentos de apoio no processo decisório.

1993

A Portaria Nº 1309/GR/93 designou a assistente em administração Sonia Maria Costa a dirigir a Divisão de Arquivo e Expedição do DSG/PRA

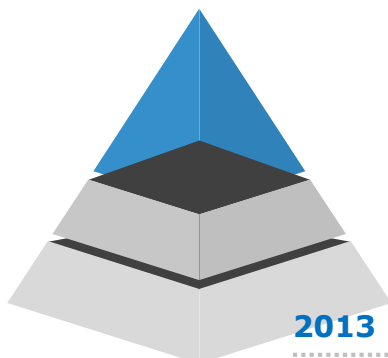


2000

A Portaria Nº 814/GR/00 renomeou a Divisão de Arquivo e Microfilmagem da DAG/PRA para Divisão de Processamento Técnico do Acervo Documental (DPTAD), pertencente ao DMSG/PRA. A Portaria Nº 820/GR/00 designou como diretor da Divisão o técnico em Assuntos Educacionais Sérgio Dubiela Ostroski.

2005

A chefia do Serviço de Preparação, Restauração, Produção e Arquivo da DPTAD encaminhou o ofício Nº 01/AC/05, contendo Parecer Técnico à PROAF no sentido da mudança administrativa e autonomia do Arquivo, sendo a principal pauta transformar este Serviço em Divisão de Arquivo Central (DARC). A solicitação foi atendida pela Portaria Nº 504/GR/05, que criou a DARC no DMSG/PROAF e, vinculado a ela, o Serviço de Digitalização e Microfilmagem de Documentos (SDMD). A Portaria Nº 512/GR/05 designou a bibliotecária Ezmir Dippe Elias como chefe da DARC.



2013

A Portaria Nº 718/2013/GR desvinculou a DARC do DMSG/PRA, e vinculou-a diretamente à Pró-reitora de Administração (PRA). As Portarias 719 e 720/2013/GR vincularam o Serviço de Protocolo Geral (PROGER) e o Serviço de Comunicação e Expedição (SCE) à DARC. A Portaria Nº 2057/2013/GR criou a CARC/PRA, elevando a Divisão ao status de Coordenadoria. A Portaria Nº 2058/2013/GR designou a bibliotecária Ezmir Dippe Elias como coordenadora do Arquivo Central.

2017

Arquivo Central da UFSC promoveu a 1ª Semana Nacional de Arquivos na UFSC.



2022

A Portaria Nº 823/GR/2022 designou a arquivista Ana Paula Alves Soares para exercer a função de Coordenadora do Arquivo Central.



2008

Foi realizado concurso público na UFSC, pela primeira vez, disponibilizando 9 vagas para o cargo de arquivista, das quais 4 com lotação na DARC.

2016

Foi realizado concurso público na UFSC prevendo mais vagas para arquivista. 2 arquivistas foram lotados na CARC no mesmo ano, e outros 2 arquivistas passaram a ser lotados no ano seguinte.



2018

O Arquivo Central comemorou 30 anos de existência.



Prestação De Serviços

O Arquivo oferece os serviços de aula expositiva, orientações técnicas, práticas no arquivo central, supervisão de estágio curricular e visitas técnicas.

O serviço de orientação técnica consiste na instrução aos servidores da UFSC quanto à classificação de documentos nos arquivos correntes, procedimentos para a transferência e recolhimento de documentos, entre outros temas relacionados a gestão arquivística de documentos.

A aula expositiva é um serviço de assistência educativa que aproxima os estudantes das experiências e práticas arquivísticas realizadas na Universidade, de forma a contribuir para uma melhor apreensão e familiaridade com o conteúdo. Quaisquer atividades que sejam desenvolvidas no Arquivo Central podem ser objeto das aulas expositivas.

O serviço de Práticas no Arquivo oferece espaço físico e acervo documental com o objetivo de oportunizar a experiência por meio de aulas práticas, as quais são ministradas por professores dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação do CIN/UFSC.

A supervisão de estágio curricular consiste na supervisão a alunos de graduação dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação do CIN/UFSC, que estão regularmente matriculados na disciplina de estágio supervisionado. Os alunos são supervisionados por arquivistas e atuam no desenvolvimento de atividades relacionadas à gestão da informação arquivística em fase intermediária ou permanente.

A visita técnica é realizada por servidor da equipe do Arquivo Central e tem como finalidade apresentar o Arquivo Central a interessados.

Além disso, a reprografia de pequenos volumes com autenticação administrativa é um serviço oferecido sem custo a terceiros, assim como a digitalização de pequenos volumes e o auxílio à pesquisa *in loco*.

Equipe Técnica de Arquivistas

Ana Paula Alves Soares

Bianca Ferreira Hernandez

Cristiano Cavalheiro Lutz

Luize Daiane dos Santos Ziegelmann

Luana Lobo dos Santos (servidora em cessão)

Silvia Cintra Borges Moraes (servidora afastada para formação doutorado)

Avaliação, eliminação e temporalidade

Em 1988, por meio da Portaria Nº 111/GR/88, foi designado Grupo de Trabalho presidido pela servidora do Arquivo Central Alvaceli Lusa Braga e constituído por professores e servidores para definir a primeira Tabela de Temporalidade da UFSC em 45 dias. Após levantamento de dados nos Arquivos Setoriais e Arquivo Central, bem como consulta aos setores da Universidade por meio do Memorando Circular Nº 28/GR/90, foi aprovada a primeira Tabela de Temporalidade da UFSC pela Portaria Nº 630/GR/92, de 10 de abril de 1992. Na sua apresentação, o Grupo de Trabalho constata que houvera sido realizada eliminação de documentos sem critérios e que a tabela seria uma tentativa de resolver estes problemas.

Em 1994, por meio da Portaria Nº 0656/GR/94 foi designada a Comissão de Revisão e Atualização da Tabela de Temporalidade dos Documentos da UFSC (CRATT) presidida por Cleci Marchesan. Tal Comissão teve como base o Código Tributário Nacional e a Lei Nº 8212/1991 e realizou consulta à comunidade universitária por meio do Ofício Circular 001/94, de 01 de agosto de 1994, considerando ainda conveniências de uso das unidades administrativas quando inexistia legislação própria. Uma nova versão da Tabela foi apresentada ao Reitor pelo Ofício Nº 001/CRATT/95. A primeira listagem de eliminação de documentos na UFSC foi elaborada neste mesmo ano.

Em 13 de maio de 1999 foi tornada permanente e criada a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo, pela Portaria Nº 244/GR/99, sob presidência da professora Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho. Após visitas e entrevistas com servidores da UFSC, foram realizadas revisões na tabela de 1995, entre 1999 e 2009.

Em 2001 passou-se a adotar os prazos da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivos Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, aprovada pela Resolução Nº 14, de 24 de outubro de 2001 do Conselho Nacional de Arquivos.

A comissão criada pela Portaria Nº 244/GR/99 também foi responsável por lançar a primeira versão em meio digital da Tabela de Temporalidade de Documentos da UFSC (atividades-meio) em 19 de novembro de 2009.

Em 2011 foi aprovada pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional por meio da Portaria Nº 092, de 23 de setembro de 2011 a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais De Ensino Superior – IFES. A UFSC passou a utilizá-la para avaliar os documentos oriundos de atividades-fim, com exceção da documentação acumulada dos fundos fechados custodiada pelo Arquivo Central, a qual foi determinada pela CPAD como de guarda permanente, não devendo passar por outras avaliações futuras.

Entre 2011 e 2019 outras doze eliminações foram realizadas e ficaram registradas individualmente nos termos de eliminação lavrados.

Atualmente a avaliação ocorre com base na versão atualizada destes instrumentos, sendo a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal, aprovada pela Portaria Nº 47, de 14 de fevereiro de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública/Arquivo Nacional e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais De Ensino Superior – IFES.

Incorporações

Todas as classes do Fundo UFSC poderão receber novos acréscimos de documentos em decorrência do processo de transferência e/ou recolhimento levado a termo conforme normativas internas⁶ do Arquivo Central.

Sistema de arranjo

Os fundos fechados encontram-se arranjados fisicamente sob critérios tipológicos conforme ordenação utilizada no período anterior ao seu recolhimento. Após entrada no Arquivo Central, foi realizado tratamento técnico que consistiu no levantamento das tipologias documentais, elaboração de quadro de arranjo e instrumentos de pesquisa para prover-lhes o acesso, bem como padronização das formas de acondicionamento e monitoramento ambiental visando sua conservação.

Já o sistema de organização do Fundo UFSC coincide com a classificação dada pelos códigos destinados ao uso da Administração Pública Federal, sendo para as atividades-meio utilizado até 2020 o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, aprovado pela, e, a partir de fevereiro de 2020, o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal. Com a recente mudança, o sistema de classificação no arquivo encontra-se em fase de transição entre estes instrumentos. Já para classificação dos documentos do Fundo UFSC oriundos das atividades-fim, é utilizado o Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das IFES, aprovado pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional, por meio da Portaria N° 92 de 23 de setembro de 2011.

Tanto o sistema de arranjo como o de classificação constam dos instrumentos de pesquisa elaborados pelo Arquivo Central.

⁶ Disponíveis no endereço eletrônico: <https://arquivocentral.ufsc.br/transferencia/>

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Condições de acesso

Os documentos de caráter permanente são disponibilizados para consulta diretamente no Arquivo Central a qualquer consulente, com exceção daqueles que possuem restrição de acesso nos termos da Lei Nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). A consulta é aberta à comunidade interna e externa, sem necessidade de agendamento prévio e sem custos. Há o limite de requisição de materiais *in loco* de 3 caixas por vez, de modo que, uma vez devolvidas, novas caixas poderão ser consultadas.

O acesso a documentos com restrição em função de informação pessoal poderá ser facultado a terceiro mediante autorização por escrito do interessado de quem a informação pessoal trata, ou de parente de 1º ou 2º grau deste. O consulente, por sua vez, deve assinar termo de responsabilidade no qual declara ciência dos termos da Lei Nº 12.527/2011 quanto à responsabilização pelo uso da informação a que tenha tido acesso, além de citação da fonte.

Como elementos auxiliares à consulta, o Arquivo Central dispõe de sala do pesquisador, com ponto de rede para acesso à internet, mesa de apoio, cadeira e um computador.

Embora a consulta seja permitida a qualquer interessado, com ou sem vínculo com a UFSC, o empréstimo de documentos é reservado somente às unidades administrativas e acadêmicas da UFSC que produziram os respectivos conjuntos documentais ou estiverem responsáveis pelas atividades que os geraram.

Condições de reprodução

Os documentos impressos e ostensivos poderão ser reproduzidos através de processo reprográfico de digitalização, com cópia digitalizada ou física, com ou sem autenticação administrativa. Se o volume for pequeno, o prazo para execução do serviço é imediato; caso contrário, será solicitada intervenção do Serviço de Digitalização e Microfilmagem de Documentos, situação em que o prazo dependerá da fila de trabalho deste setor. A reprografia é livre de custos.

Idioma	Português-BR
Características físicas e requisitos técnicos	No momento da consulta aos documentos é obrigatório o uso de equipamento de proteção individual (EPI), a saber: luvas e máscaras descartáveis. Caso o consulente vá fotografar os documentos, recomenda-se a não utilização de flash.
Instrumentos de pesquisa	Os instrumentos de pesquisa ao acervo podem ser acessados na íntegra no site ⁷ do Arquivo Central.

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Nota sobre publicação	<p>NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Dana Corrêa. (orgs.) UFSC 50 anos: trajetórias e desafios. Florianópolis: UFSC, 2010. 480 p.</p> <p>MAMIGONIAN, Armen. AURAS, Marli. (orgs.) Henrique da Silva Fontes: Pensamentos, palavras e obras. Florianópolis: UFSC, 2016. 212 p.</p> <p>FARINES, Jean-Marie; TUYAMA, Laura; AURAS, Marli (orgs.). Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil-militar. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. 570 p. Disponível em: https://doi.org/10.5007/978-65-5805-037-7.</p>
-----------------------	---

ÁREA DE NOTAS

Notas sobre conservação	<p>Documentos do Fundo UFSC encontram-se em bom estado de conservação. Documentos dos Fundos Fechados encontram-se com sinais de acidificação, vincos, manchas, desprendimento de folhas e/ou cortes das bordas originais.</p> <p>Os documentos custodiados são armazenados em arquivos deslizantes e acondicionados em caixas de plástico corrugado. Dentro de cada caixa os processos/dossiês encontram-se em invólucros confeccionados em papel de PH neutro. O ambiente dos depósitos conta com controle de temperatura e umidade relativa do ar, o que contribui para conservação preventiva do acervo.</p>
-------------------------	--

⁷ Disponíveis no endereço ufsc.br/aceso-a-informacao/

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do arquivista	<p>O sistema de arranjo dos fundos fechados e seus respectivos índices foram elaborados pela bibliotecária/documentalista Ezmir Dippe Elias.</p> <p>Trabalhos de classificação do acervo realizados pela equipe do Arquivo Central da UFSC a partir de 2016.</p> <p>Trabalho de descrição realizado pelas arquivistas Ana Paula Alves Soares, Bianca Ferreira Hernandez e Luize Daiane dos Santos Ziegelmann.</p>
Regras ou convenções	<p>BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.</p>
Data(s) da(s) descrição(ões)	<p>Agosto de 2022</p>

GLOSSÁRIO

Acervo	Totalidade dos documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora
Aquisição	Ingresso de documentos em arquivo, seja por comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência
Arquivo	Conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte
Atividades-fim	Atividade desenvolvida em decorrência da finalidade de uma instituição. Também chamada atividade finalística
Atividades-meio	Atividade que dá apoio à consecução das atividades-fim de uma instituição
Avaliação documental	Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece sua destinação de acordo com os valores que lhes são atribuídos
Classificação	Ato ou efeito de analisar e identificar o conteúdo de documentos, selecionar a categoria de assunto sob a qual devem ser basicamente recuperados, podendo-se atribuir um código
Código de Classificação	Sistema de códigos derivado de um plano de classificação
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos	Grupo multidisciplinar encarregado da avaliação de documentos de um arquivo
Conservação	Conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento)
Custódia	Responsabilidade pela guarda e preservação dos documentos
Descrição	elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu
Destinação	Refere-se ao estágio final do ciclo de vida do documento, no qual devem ser tomadas as medidas necessárias à sua destinação, tais como guarda permanente ou eliminação
Difusão	Disseminação da informação
Digitalização	Processo de conversão de um documento em meio físico para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um escâner

Documento	Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato
Documento arquivístico	Informação registrada, independentemente de forma ou suporte, produzida ou recebida e mantida por uma instituição ou pessoa no decurso de suas atividades
Eliminação	Destruição de documentos que, na avaliação, foram considerados destituídos de valor primário e secundário
Fase Corrente	Constituída por conjuntos de documentos em tramitação ou não, que por seu valor primário sejam objeto de consultas frequentes, cabendo a administração pelo setor de origem
Fase Intermediária	Constituída por conjuntos de documentos que, cessada ou reduzida sua utilidade nas unidades orgânicas onde se acumularam, são transferidos dos arquivos correntes e aguardam destinação final em depósitos de armazenagem temporária
Fase Permanente	Constituída por conjuntos de documentos de valor secundário, probatório, cultural e informativo que devem ser preservados permanentemente e assegurado o acesso público
Gestão de Documentos	Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente
Prazo de Guarda	Prazo definido na tabela de temporalidade de documentos, baseado em estimativa de uso, em que os documentos devem ser mantidos no arquivo corrente ou no arquivo intermediário, ao fim do qual a destinação é efetivada
Preservação	Conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos suportes
Produção	Refere-se à elaboração dos documentos em decorrência das atividades de um órgão ou setor
Reprodução	Cópia de um ou vários exemplares de qualquer forma tangível, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônico ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido
Suporte	Objeto material, ou dispositivo, sobre o qual, ou no qual se encontram representados os dados ou informações; suporte de dados, suporte físico da informação, suporte material da informação
Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos	Instrumento arquivístico resultante de avaliação, que indica o tempo de permanência dos documentos nos arquivos corrente e intermediário e sua destinação final, para o arquivo de guarda permanente ou eliminação